**Laudo psicológico?
Reflexões ético-metodológicas sobre a dispersão das práticas
psicológicas no judiciário.**

Psychological reports?
Ethical and methodological thoughts on the spread of psychological
practices within the criminal justice system.

Neilza Alves Barreto; Patrícia Regina da Matta Silva

Universidade Estácio de Sá; Universidade Federal Fluminense

RESUMO:

O presente artigo pretende discutir a construção de documentos psicológicos no contexto judiciário, a partir da reflexão sobre a dispersão das práticas psicológicas neste campo de atuação, enfatizando a análise de lugares e discursos. A ferramenta conceitual utilizada parte de contribuições das análises de Michel Foucault acerca da relação entre saberes, poderes e ética, assim como aportes conceituais do movimento institucionalista e sua problematização ética e política sobre a atuação técnico-profissional.

Palavras-chave: laudo psicológico; judiciário; institucionalismo; Foucault

ABSTRACT:

This article aims to discuss the elaboration of psychological reports within the context of the criminal justice system, based on the spread of psychological practices within this field, emphasizing the analysis of places and speeches. The theoretical background of this work lies on Michel Foucault's analysis of the relation among knowledge, power and ethics. This work also lies on the concepts of the institutional movement and on its political and ethical problematization of the professional/technical performance.

Key-words: psychological reports; juridical context; institutionalism; Foucault

*Nem é de obscuridade que se deveria ainda falar,
mas de uma luz um pouco confusa, falsamente evidente
e que oculta mais do que manifesta.*
Michel Foucault

Introdução

O objetivo deste artigo é discutir as práticas psicológicas no campo judiciário, a partir do que se (re)apresenta como problema constante nos mais diversos espaços de discussão coletiva: a elaboração de documentos psicológicos, principalmente, quando estes se tornam judiciais, ou seja, carregam o peso de subsidiar sentenças judiciais e atuar de modo factual (coercitivo) na vida das pessoas.

A despeito de proposições mais tecnicistas e/ou problematizadoras acerca deste tema, verifica-se a presença dos mais diversos tipos de documentos psicológicos como resultados de avaliações psicológicas que passam crescentemente a compor a heterogeneidade discursiva nas ações judiciais, no cotidiano forense.

Muito já se debateu sobre avaliação e documentos psicológicos no judiciário, desde a preocupação com a transformação dos psicólogos em “máquina de fazer laudos”¹, até mesmo a formulação da pergunta sobre a possibilidade de conceber o “laudo como ferramenta de intervenção”².

Diante do caráter polêmico que envolve este tema, há muitas formas de discutir: um dizer técnico-formal, um dizer crítico e um dizer problematizador. Propomos estes modos de dizer, mas igualmente um dizer ousado, por partir de uma reflexão inquieta, vislumbrando proposições. Para tanto, pretende-se colocar em análise a especificidade de um documento psicológico judicial, e seu caráter jurisdicional³, acenando para reflexões ético-metodológicas sobre o seu fazer.

No que tange ao encontro das autoras, o diálogo ocorreu em função de um coral polifônico que atravessa o tema em questão. Ambas com experiência no campo da docência e da pesquisa em Psicologia, preocupadas com questões políticas, éticas e metodológicas sobre as práticas psicológicas no contexto judiciário e, ainda, cada uma fundamentada em algumas das contribuições de Foucault (1987, 1995, 2001, 2008) e em alguns dos parâmetros da análise institucional (RODRIGUES e SOUZA, 1991; LOURAU, 1993; BAREMBLITT, 1994; GUIRADO, 2006)⁴. Todavia, neste diálogo, ambas partiam de lugares diferentes: (1) uma falava do lugar de quem assumiu a função de psicóloga no campo judiciário e, deste lugar, buscou problematizar suas práticas; (2) outra falava do lugar de quem assumiu, por função do exercício docente, um diálogo com a perspectiva dos alunos/profissionais do Direito. Tal encontro possibilitou uma discussão conceitual e metodológica, incluindo interlocutores cujo diálogo é marcado por relações de tensão. Estavam em jogo, então, as relações entre o modo de pensar (concepção de sujeito-objeto), o modo de fazer (método) e o modo de dialogar da Psicologia, ou melhor, dos psicólogos no campo jurídico. Estava ainda em jogo o desafio de pensar a partir de uma perspectiva crítica e reflexiva, articulada também a uma discussão sobre as possibilidades ético-políticas de atuação técnico-profissional

neste contexto⁵.

Na força deste encontro que produziu relações de afinação/desafinação, apresentaremos este artigo em dois tempos. Primeiro, traçaremos uma historicidade passada e presente das práticas psicológicas no campo judiciário, destacando certa reciprocidade expansionista nessa relação nas últimas décadas. Em um segundo tempo, mapearemos uma historicidade passada e presente das práticas de avaliação e de elaboração de documentos psicológicos, bem como a especificidade da relação de tais práticas no campo judiciário.

Historicidade da psicologia no campo judicial: um mapa da dispersão.

A despeito da aura de novidade muitas vezes atribuída à atuação do psicólogo no campo jurídico, é possível reconhecer tal relação como constitutiva da própria Psicologia, embora seja preciso apontar as diferenças que a configuração desta relação assumiu nas últimas décadas (JACÓ-VILELA, 1999). Para tanto, demarcaremos duas inserções da Psicologia no campo jurídico.

Sobre as primeiras atividades da Psicologia no campo jurídico, Jacó-Vilela, Espírito Santo e Pereira (2005) estudaram esta relação no contexto brasileiro e assinalaram que esta foi marcada pela perspectiva médico-legal do século XIX, cujo norte estava nas diferenças individuais como forma de regulação dos indivíduos no ordenamento social republicano que se anunciava. Dito de outra maneira, a relação entre a Psicologia e o campo jurídico veio a reboque da relação do discurso médico, associado ao controle social e pautado na ideia de liberdade daquele momento:

Para discutir a questão das articulações entre medicina e direito, apresentaremos como primeiro ponto as teses de Medicina Legal do Rio de Janeiro, localizando-as nas duas grandes etapas da articulação entre Medicina e Direito, aquela que se inicia com Pinel e Esquirol, e a subsequente, a partir as idéias de Morel; como segundo ponto, apresentaremos a resultante desse pensamento no personagem Heitor Carrilho e no Manicômio Judiciário; apontaremos em seguida em relação com o anteriormente exposto, o surgimento da psicologia jurídica no Brasil (JACÓ-VILELA, ESPÍRITO SANTO, PEREIRA, 2005: 18).

Mais tarde, nos anos de 1930, no Rio de Janeiro, é criado um Laboratório de Biologia Infantil e, no final dos anos 1940, o Manicômio Judiciário. Os instrumentos então utilizados, nos áureos momentos da Psicometria, em seu projeto de medição do comportamento dos indivíduos, passavam a fornecer à sociedade e ao campo jurídico (psico)técnicas para a compreensão da motivação psicológica do crime e a profilaxia

dos delitos. Desta forma auxiliavam, ainda, na promoção da dita reforma moral dos delinquentes (JACÓ-VILELA, ESPÍRITO SANTO, PEREIRA, 2005), já preconizada pelo Código Penal Brasileiro de 1940.

Se o Laboratório de Biologia Infantil já visava a auxiliar o Juizado de Menores na busca de fundamentos científicos para a “formulação de critérios para institucionalização de menores, assim como oferecer subsídios para os programas desenvolvidos nos estabelecimentos correccionais” (SANTOS, 2004: 221), tal como preconizado pelo Código de Menores de 1927, temos ilustrações dos instrumentais psicológicos atuando para a regulação do governo das famílias, ou melhor, na “polícia das famílias”, tal como o denominou Donzelot (1980)⁶.

Neste contexto, a psicologia era ainda somente um saber e uma (psico)técnica aplicada pelos mais diversos pesquisadores e profissionais no campo jurídico. Todavia, algo aconteceu na segunda metade do século XX que desencadeou em uma segunda inserção da Psicologia no campo jurídico. Demarcaríamos, então, esta segunda inserção por volta da década de 1980, cuja configuração faz-se conseqüentemente necessária.

Além do reconhecido contexto histórico de mobilização e democratização que produziu uma demanda pelos profissionais na atuação em diversas esferas e áreas das políticas públicas (educação, trabalho, saúde, assistência social etc.), a Psicologia já deixara de se constituir somente como saber e como técnica, pois havia sido instituída como profissão (depois da regulamentação em 1962)⁷.

As perícias e/ou os estudos psicológicos realizados por profissionais autônomos e/ou organizações de pesquisa deixavam de ser complementares e eventuais, (1) para se tornarem regulares, configurando uma franca dispersão das práticas psicológicas no Sistema de Justiça (tanto no que se refere a sua vinculação institucional, quanto à caracterização de suas ações institucionais, mais ou menos relacionadas); e, ainda, (2) para se tornarem foco de regulação pelas instâncias normativas das práticas psicológicas.

No que diz respeito à regularidade da presença das práticas psicológicas no campo judiciário, um *primeiro plano de dispersão* expansionista começa pela vinculação institucional com o próprio Poder Judiciário, quando cada vez mais os Tribunais de Justiça de diversas unidades da federação passavam a contar com

psicólogos no organograma institucional⁸; e, na maioria das vezes, em conjunto com o assistente social, cuja inserção no campo judiciário é precedente⁹. Tais concursos objetivavam a formação de uma equipe interdisciplinar para compor o corpo de Peritos e/ou os Serviços Auxiliares da Justiça, principalmente nas áreas de família e Infância e Juventude. Até aqui, tratava-se de uma difusão de práticas psicológicas no campo judiciário, com a consolidação da demanda pela prática de perícias e/ou estudos psicológicos com a finalidade de subsidiar tecnicamente as decisões judiciais nos assuntos relativos aos conflitos familiares, que passavam a constituir cada vez mais problemas e/ou litígios judiciais.

Mesmo que consideremos a legitimidade da discussão e das propostas da atuação do psicólogo no campo judiciário para além das avaliações periciais (BRITO, 2005; AGUIAR, 2005), a ação institucional do psicólogo reconhecida neste âmbito de atuação é, predominantemente, a avaliação psicológica e a apresentação de seus resultados em um documento escrito, tal como previsto nos parâmetros legislativos correspondentes. Ou seja, o psicólogo passa a atuar como perito judicial, tal como consta no Código Civil (art. 212, 2002);¹⁰ como profissional da equipe multi ou interdisciplinar dos serviços auxiliares da justiça, conforme consta no Estatuto da Criança e do Adolescente (art.150-151, Lei n. 8069/1990) e na Lei Maria da Penha (art. 29-32 – Lei n. 11.340/2006)¹¹.

Em um *segundo plano de dispersão*, as práticas psicológicas não estariam presentes somente no Poder Judiciário, mas abarcariam todo o Sistema de Justiça. A partir da última década, além do Poder Judiciário, o Ministério Público¹² e a Defensoria Pública¹³ começam a contar com profissionais de Psicologia em seu corpo técnico, o que é viabilizado por meio de abertura de concursos públicos, configurando também a consolidação do reconhecimento do cargo de Psicólogo em seus organogramas institucionais. Os mesmos parâmetros legislativos que fundamentaram a inserção do psicólogo no Poder Judiciário sustentavam a sua inserção nas demais instâncias do Sistema de Justiça. E, no que se refere à ação institucional demandada, seriam demarcadas por uma assessoria técnica de acordo com o objeto institucional das organizações a que o psicólogo passava também a se vincular formalmente (Ministério e Defensoria Pública), mesmo que mantivesse, em algum nível, o Poder Judiciário como interlocutor institucional, quando seus documentos técnicos eram juntados em uma ação judicial.

É ainda possível destacar um *terceiro plano de dispersão* no âmbito da

vinculação institucional, que vai implicar uma difusão com algumas especificidades. Qualquer psicólogo, com registro nos órgãos que regulamentam a profissão, em seu consultório particular, pode ser contratado pela parte de uma ação judicial para realizar um trabalho técnico, em princípio, com a demanda de uma avaliação psicológica, cujos resultados serão expressos em um documento técnico a ser juntado em uma ação judicial. Tal como descrito no Código de Processo Civil (1973), há situações em que o Juiz pode “dispensar prova pericial quando as partes, na inicial e na contestação, apresentarem sobre as questões de fato pareceres técnicos ou documentos elucidativos que considerar suficiente” (art.427). Víamos, com isto, além da entrada das práticas psicológicas no Sistema de Justiça (Poder Judiciário, Ministério e Defensoria Pública), a entrada da demanda judicial nos consultórios psicológicos particulares - quando as partes passavam a procurar e a constituir os seus peritos, peritos estes não judiciais, mas que em algum momento também se tornavam judiciais.

Ainda, qualquer psicólogo, também com registro nos órgãos que regulamentam a profissão, em seu consultório particular, pode ser contratado pelas partes de uma ação judicial para realizar um trabalho de Assistente Técnico. Configurava-se a emergência de um novo tipo de ação institucional demandada ao psicólogo, tal como previsto no Código de Processo Civil (1973): após a determinação de uma Perícia e a nomeação do Perito Judicial, as partes de uma ação judicial podem indicar um Assistente Técnico (art.421), que também assumirá compromissos (art.422) e atribuições (art. 429) quanto à entrega do Parecer Técnico (art.433).

Verifica-se, então, que o trabalho de Assistente Técnico no campo judiciário, apesar de manter uma relação direta com a atividade da perícia judicial, dela se diferenciava. Não era mais uma avaliação técnico-judicial com a clientela institucional do Poder Judiciário, mas sim uma “Perícia dos Peritos” e, assim, chegávamos à complexidade e delicadeza de uma atividade que se constituía como uma “Perícia da Perícia”.

Com esses três níveis de dispersão das práticas psicológicas, uma fala comum ao cotidiano forense da polícia [judiciária] das famílias também sofria certa extensão. Se os técnicos são reconhecidos institucionalmente como os olhos do juiz (Poder Judiciário), nos últimos tempos, os técnicos passariam a ser também os “olhos” dos demais

operadores do direito (Ministério Público, Defensoria Pública) e, também, das partes de uma ação judicial.

Se as práticas psicológicas passavam a ser regulares no campo jurídico, elas passaram também a ser reguladas pelas instâncias normativas da profissão, como o Conselho Federal de Psicologia (CFP). A Psicologia Jurídica passou a ser reconhecida como uma das especialidades da área desde 2000 (Resolução 14/2000 e 13/2007 - CFP). Os profissionais passaram a contar com uma série de resoluções (30/2001, 17/2002, 07/2003 - CFP) que instituíram o Manual de Elaboração de Documentos Psicológicos, com orientações quanto aos princípios norteadores (princípios técnicos da linguagem escrita, princípios técnicos e éticos); modalidades (declaração, atestado, laudo/relatório, parecer¹⁴) e respectivos conceitos, finalidades e estruturas (identificação, descrição da demanda, procedimentos e análise dos dados, conclusão); validade do conteúdo e guarda.

Neste documento é, ainda, definida a avaliação psicológica como um

processo técnico-científico de coleta de dados, estudos e interpretação de informações a respeito dos fenômenos psicológicos, que são resultantes da relação do indivíduo com a sociedade, utilizando-se, para tanto, de estratégias psicológicas – métodos, técnicas e instrumentos. Os resultados das avaliações devem considerar e analisar os condicionantes históricos e sociais e seus efeitos no psiquismo, com a finalidade de servirem como instrumentos para atuar não somente sobre o indivíduo, mas na modificação desses condicionantes que operam desde a formulação da demanda até a conclusão do processo de avaliação psicológica (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2003:03).

A comunicação escrita deste procedimento técnico-científico de avaliação é o foco central desse Manual que objetiva “orientar o profissional Psicólogo na confecção de documentos decorrentes das avaliações psicológicas e fornecer os subsídios éticos e técnicos necessários para a elaboração qualificada da comunicação escrita” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2003:03).

E, mais recentemente, contamos com outros tipos de resoluções, quanto à descrição dos procedimentos permitidos aos psicólogos em diversas áreas que fazem interface com o campo jurídico, dos quais destacamos a que “institui a regulamentação da Escuta Psicológica de Crianças e Adolescentes envolvidos em situação de violência, na Rede de Proteção” (Resolução 10/2010) e a que “dispõe sobre a atuação do psicólogo como perito e Assistente Técnico no Poder Judiciário” (Resolução 08/2010 - CFP)¹⁵.

Com a exposição da dispersão da regularidade das práticas psicológicas no campo judiciário em diferentes instâncias (Poder Judiciário, Ministério e Defensoria

Pública, partes), bem como com a regulação de sua especialidade (Psicologia Jurídica), de seus procedimentos gerais (avaliação e documento psicológico) e específicos (escuta de crianças no contexto judiciário e atuação do Perito e do Assistente Técnico), mesmo que considerando os “condicionantes históricos e sociais e seus efeitos no psiquismo”, verifica-se a consolidação formal da prática psicológica entre os saberes e técnicas disciplinares (FOUCAULT, 1987); mas, ainda, com a emergência de desmembramentos de tais dispositivos tecnológicos¹⁶, pois, além da figura de um perito (Judicial ou não), temos também a figura do parecerista (tal como consta na Resolução 07/2003 – CFP) e do assistente técnico (tal como consta no Código de Processo Civil e na Resolução 08/2010 - CFP). O objeto do procedimento avaliativo deixa de ser a clientela do Poder Judiciário, e passa a ser constituída pelos peritos (judiciais ou não) e/ou pela Perícia Judicial.

A difusão do lugar do psicólogo no campo judiciário institui um olhar que responde a uma demanda judicial que se constitui como uma estratégia de regulação técnico-judicial (estatal) dos indivíduos, configurando uma extensão da lógica judiciária na regulação das famílias, como um “olhar técnico” do Estado sobre o governo das famílias, dentro do que é reconhecido historicamente como espaço privado. Nesse sentido, a partir da análise do lugar que os técnicos ocupam nas cenas judiciais nas últimas décadas, verifica-se a consolidação – e o esgarçamento – da colonização recíproca do judiciário pela disciplina e da disciplina pelo judiciário, tal como discutido por Foucault (2001)¹⁷. Cabe destacar que a regulação não se restringe às famílias, atinge também os técnicos e a sua prática profissional.

Este quadro nos remete a outras referências históricas de interseções entre os campos “psi” e judiciário. A Psiquiatria se articulou ao Direito Penal, mesmo que por meio de alianças e conflitos, quando a cena institucional tratava de um infrator que romperia total ou parcialmente com a racionalidade (inimputabilidade/semi-imputabilidade), ou simplesmente pela patologização do comportamento criminoso (FOUCAULT, 2001). Todavia, a Psicologia, em conjunto com o Serviço Social, apesar de ter sua atuação reconhecida na área criminal, se articulou ao campo judiciário de modo predominante nas áreas da infância e juventude e dos conflitos familiares. A cena institucional produzida será caracterizada por uma tendência à classificação

comportamental com o prognóstico sobre as possibilidades de (re)adaptação, por um acompanhamento do cumprimento de alguma medida aplicada, mas também por sua participação na e/ou centralidade da própria gestão da ação intramuros (“institucionalização”) e extramuros (cotidiano judicial), o que nos fazia supor que a Psicologia ocupava um lugar privilegiado neste contexto (SILVA, 2005).

E, ainda, tudo isso nos fazia supor que os saberes e técnicas psicológicas – e também os Psicólogos – eram convocados e constituídos como ferramentas privilegiadas nas cenas bélicas que transcorrem no cenário judicial. Por isso mesmo, nos interessávamos por entender como ocorriam tais níveis de dispersão recíproca entre as práticas psicológicas e judiciárias. Para tanto, foi preciso também entender um pouco mais sobre as práticas psicológicas e sua relação com a avaliação e com o documento técnico-psicológico, como também a especificidade de quando este documento se torna judicial.

A especificidade das práticas psicológicas no judiciário: um mapa das tensões

Do ponto de vista teórico-metodológico, a prática psicológica no campo judiciário evoca discussões sobre a dimensão ético-política da atuação técnica do especialista quando este realiza uma avaliação psicológica que pressupõe, por sua vez, a emissão de um documento psicológico escrito, que se torna judicial.

Análise de contexto? Critérios de elaboração? Contamos com as resoluções normativas do Conselho Federal de Psicologia, textos tecnicistas e/ou críticos/problematizadores. Mas pouco se fala de parâmetros ético-metodológicos (possíveis) de sua elaboração, sobre matrizes conceituais que sustentam o que chamamos de Psicologia — sejam as matrizes mais clássicas ou ortodoxas, ou mais contemporâneas e problematizadoras¹⁸. Temos, ainda, estudos que tomam os documentos técnico-psicológicos como um dos dispositivos de governo das populações na atualidade, que apontam, também, o quão pouco se fala do processo de elaboração, dos conceitos e dos procedimentos que sustentam esta ou aquela afirmação de um documento psicológico (SATLER, 2008). Menos ainda se discute sobre seus efeitos. Do pouco que extraímos de nossas práticas profissionais no contexto forense e dos poucos estudos com que contamos (RODRIGUES, COUTO, HUNGRIA, 2005: 31-32), é possível fazer considerações sobre a “contribuição do laudo pericial” para a formulação da sentença judicial e sobre a concordância do Juiz com os laudos técnicos na maioria

dos casos (94,23%).

Mas sabemos também que muitos dos efeitos de verdade dos documentos técnicos que sustentam sentenças judiciais podem ser apresentados com ou sem fundamentação conceitual e/ou técnica, com ou sem demonstração instrumentalizada de suas afirmações, sejam elas quais forem.

Por exemplo, com ou sem “fundamentos”, seja o psicólogo um perito ou um profissional da equipe interdisciplinar dos Serviços Auxiliares do Poder Judiciário, do Ministério Público ou da Defensoria Pública, ou ainda um profissional autônomo contratado pelas partes¹⁹ envolvidas em uma ação judicial, com suas práticas técnico-documentárias, produzirá um discurso técnico-científico (de verdade) frente às instâncias jurídicas. Seja qual for o lugar a ser ocupado, o psicólogo adentra no campo da vigilância — marca da construção de um documento escrito.

Este campo de questionamentos acerca da elaboração de laudos nos fez percorrer reflexões sobre definições regulamentadas, do ponto de vista técnico-profissional. Das resoluções do Conselho Federal de Psicologia, acima mencionadas, destaca-se o que se refere à regulação da elaboração de documentos psicológicos, de modo geral, e o procedimento técnico que o fundamenta, ou seja, a avaliação psicológica (07/2003 - CFP).

Quando buscamos os fundamentos históricos de uma avaliação psicológica, dentro ou fora do contexto judiciário, nos remetemos à prática do procedimento de exame, cujo resultado é materializado por meio do registro em um documento técnico (FOUCAULT, 1987)²⁰. São práticas estas articuladas às tecnologias de saber e de poder que sustentam um modo de governamentalidade centrado no controle e no cuidado da população (FOUCAULT, 2008).

O exame “coloca os indivíduos num campo de vigilância; situa-os igualmente numa rede de anotações escritas, comprometendo-os em toda uma quantidade de documentos que os captam e os fixam” (FOUCAULT, 1987: 168). A partir desta construção escrita, há dois desdobramentos. O primeiro é a construção de um sujeito enquanto um objeto descritível; e o segundo, a construção de categorias de comparação que “permite a medida de fenômenos globais” (FOUCAULT, 1987: 169). Tais desdobramentos desencadeiam numa terceira questão, também posta por Michel

Foucault, acerca das ciências que pretendem dizer algo acerca do sujeito – produzindo individualidades: “é possível uma ciência do indivíduo, é legítima?” (FOUCAULT, 1987: 169).

Até a caracterização do exame e de sua rede documentária em geral, poderíamos nos remeter aos diversos campos de atuação da Psicologia (educação, trabalho, saúde, assistência social etc.), e não somente ao campo judiciário, pois também se inscrevem como práticas psicológicas no campo da vigilância, quando elaboram seus documentos psicológicos. Todavia, algo marcará a especificidade do exame psicológico no campo judiciário, pois deixa de ser expresso em um documento que tem efeito de “verdade técnica” (sancionada como uma infrapenalidade), pois passa a ter um efeito de “verdade técnico-judiciária” (sancionada como uma sentença judicial). Dessa forma, a elaboração de documentos psicológicos judiciais torna-se um processo de produção de verdades sustentadas em princípios de sistematização (científicos?!), embora estes não sejam necessariamente demonstrados, e se tornam factuais. (ARANTES, 2005; COIMBRA e LEITÃO, 2003; COIMBRA, AYRES e NASCIMENTO, 2009).

Sobre a relação com aquele que demanda o trabalho de uma avaliação psicológica judicial, podemos destacar que dentre os mais diversos modos como o Direito “busca diálogo” com a Psicologia²¹, é possível destacar pelo menos dois mais problemáticos. Muita das vezes busca-se construir uma verdade acerca de um episódio no passado (ocorreu abuso sexual?). E, outras muitas vezes, busca-se a predição de um comportamento (qual lar é mais adequado para o desenvolvimento de uma criança?; haverá reincidência criminal?).

O caráter problemático de tais modos como o Direito busca estabelecer diálogo com a Psicologia é evidenciado pelo fato de evocar lugares previamente definidos e afirmações factuais. De um lado, alguém – o(s) avaliado(s) – que se expõe(m) a outro alguém – o técnico – que supostamente domina um saber e poder sobre a sua vida. Técnica capaz de revelar e legitimar uma verdade. Tudo isto pressupondo que as conclusões técnico-judiciais contidas nos documentos periciais sejam fundamentadas em instrumentais técnico-científicos (objetivos).

A cena judiciária na qual se coloca a elaboração de um documento, a ser construída dentro do que se chama de avaliação psicológica, costuma se caracterizar por uma busca de “verdades factuais” que subsidiam sentenças também factuais, ou seja, que têm um efeito de sanção na vida das pessoas envolvidas (ARANTES, 2005;

COIMBRA e LEITÃO, 2003; COIMBRA, AYRES e NASCIMENTO, 2009).

Não há dúvida quanto ao fato de o psicólogo-perito ou assessor judicial ter o Juiz como interlocutor direto, por meio do que escreve em seu laudo/relatório técnico. Mas também o psicólogo-assessor do Ministério Público, da Defensoria Pública ou contratado pelas partes, apesar de ter estes como interlocutores imediatos, terá o Juiz como interlocutor final, pois o que escreve em seus documentos técnicos, com vinculações institucionais diversas, irá compor a heterogeneidade discursiva presente em uma ação judicial. Nesta, será enunciada uma sentença, a partir da análise dos enunciados técnicos tomados como verdadeiros, que irão legitimar (ou não) decisões factuais para a vida das pessoas envolvidas na ação ou litígio judicial. Desta forma, quer tenham ou não o valor jurídico de perícia judicial, o *interlocutor final* de tais psicólogos, em todos os níveis de intervenção, cujo diálogo é estabelecido por meio dos resultados expressos em documentos técnicos – que se tornam judiciais – será o Poder Judiciário.

A dispersão da prática psicológica no campo judicial, além de consolidar a onipresença da demanda judicial neste fazer, vai possibilitar a delimitação da configuração do encargo²² factual presente no pedido de uma avaliação psicológica neste contexto. Mas, ainda, vai fazer emergir novos tipos de encargos contidos nesta demanda pelo trabalho judicial do psicólogo, como por exemplo, quando este trabalha para as partes. O encargo contido na demanda das partes dirigida ao assistente técnico não é necessariamente pela verdade factual do judiciário, tal como posto ao perito judicial, mas sim pela pré-determinação do resultado da avaliação, pois as partes não têm nem o compromisso formal com a imparcialidade (tal como ocorre com o Juiz, como representante do Poder Judiciário). Neste caso, há um desconforto, pois o demandante do trabalho é a mesma pessoa que em algum momento será também o avaliado, tendo o documento escrito resultante um formato técnico-judicial. E isto nos fazia supor que a técnica psicológica passava a se constituir como ferramenta privilegiada para instrumentar também as partes nos campos de batalhas judiciais.

Eis um aspecto importante articulado ao frequente mal-estar (ARANTES, 2009) quando a discussão é a atuação do psicólogo neste contexto judiciário, pois são colocados em questão o seu lugar institucional, os fundamentos moralizantes presentes nas perícias psicológicas judiciais (BRITO, 1993) e seus efeitos de sanções judiciais

(factuais), além de novas problematizações decorrentes da dispersão judicial das e nas práticas psicológicas.

Observamos ainda o modo como as práticas em psicologia emergem no contexto judiciário, despolitizando os sujeitos, os tornando reféns de uma suposta essência, tal como demonstrado por Coimbra e Leitão (2003: 10): “Essas essências atribuídas ao homem e à sociedade irão instituir uma psicologia também essencialista, privatista/intimidante e familiarista. Tal território se apresenta neutro, científico, objetivo, mensurável, definitivo e com poder de previsão”.

Mas, por outro lado, é preciso reconhecer que alguns psicólogos que partiam de tais perspectivas críticas e problematizadoras, quando se encontravam no contexto judiciário de trabalho, se inquietavam com a demanda disciplinar (e factual) deste campo de atuação. Tal inquietude provocava reflexões sobre a produção da demanda judiciária dirigida ao psicólogo. O que estaria em jogo seria assumir a gestão dos trabalhos sobre a “vigilância”? À quantidade de profissionais de Psicologia que trabalham no campo judiciário só restava assumir – de modo conformado – esta função de regulação e de polícia no governo (judiciário) das famílias? Quanto ao exercício da docência nos cursos de Psicologia e de Direito, bastaria dizer que a atuação psicológica constituía um instrumento de controle da população, mesmo sabendo que tais instrumentos são cada vez mais utilizados? (COIMBRA & LEITÃO, 2003; ARANTES, 2009; TRAVIESO, 2001)

Optar por uma recusa geral nos fazia pensar em uma perspectiva conformista com tal estado das coisas! Algo dizia que a análise do lugar que as práticas psicológicas ocupavam não era somente um ponto de partida, mas condição de possibilidade de imprimir historicidade sobre a atuação profissional do psicólogo no contexto judiciário, bem como produzir uma discussão ético-política sobre a atuação técnica neste contexto.

Tais inquietações e reflexões, no entanto, passaram a constituir o campo de problematizações de muitos dos psicólogos que atuavam no judiciário, dos que falavam “de fora”, mas também “de dentro” deste âmbito de atuação, mesmo que a partir de uma diversidade de perspectivas teórico-metodológicas (BRITO, 1999; CAFFÉ, 2003; CRUZ, MACIEL, RAMIREZ, 2005; SHYNE, 2005; COIMBRA, AYRES, NASCIMENTO, 2009).

Dessa forma, mesmo – e porque – no contexto judiciário, pensava-se nas possibilidades de resistência²³, em especial no que se referia à prática do Direito,

instrumentalizadas pelas próprias contribuições foucaultianas. Mesmo ocupando o lugar de “polícia das famílias”, buscava-se entender o que, deste mesmo lugar, podia-se inventar.

Ao mesmo tempo em que podíamos nos remeter à perspectiva de “desconfiança” de Michel Foucault (2001) “quanto à forma do Direito”, podíamos nos remeter à positividade desta atitude crítica, tal como demonstrado por Fonseca (2002: 259): a atitude “positiva” em relação ao direito em Foucault deve ser pesquisada nos trabalhos do autor que permitem pensarmos formas possíveis de resistência ao poder normalizador. E entendemos que o tema de resistência à normalização, para o autor, implica o problema de “governo” (entendido no sentido amplo de arte de governar). O tema da resistência à normalização em Foucault implica compreendermos em que medida o “governo de si mesmo” pode se opor ao “governo em que se é submetido por um outro” (LAGO; AMATO; TEIXEIRA; ROVINSKI; BANDEIRA, 2009).

A partir disso, colocavam-se questões: como atuar tecnicamente sem normalizar, principalmente quando a atuação ocorre no âmbito da sanção judiciária? Como desjudicializar tais tecnologias de controle? Como despsicologizar a Psicologia? Como desassistencializar o Serviço Social? (GUIRADO, 2005)

O movimento institucionalista já nos oferecera pistas ao questionar os muros dos profissionalismos (GUATTARI, 1987) ou dos especialismos (BAREMBLITT, 1994). E, nesse sentido, os fazeres psicológicos no judiciário nos colocavam desafios sobre a produção de parâmetros de reflexão ético-política sobre a atuação técnica neste contexto.

Dessa forma, se com a análise da produção da demanda judicial dirigida ao psicólogo foi possível delimitar que esta vinha acompanhada de um pedido de predição de comportamento ou da descrição factual de acontecimentos (Poder Judiciário), ou ainda, de predição dos resultados (partes); cabe, então, ao psicólogo a análise crítica desta demanda produzida e a decisão por um posicionamento, seja ele subordinado (tecnicista), crítico (oposicionista) e, até mesmo, de diálogo, por mais tensa que seja qualquer tentativa de cooperação neste terreno marcado por antagonismos exacerbados.

A partir dessa perspectiva, é possível matizar a discussão sobre o lugar que o psicólogo ocupa no contexto judiciário. Pergunta-se frequentemente: a quem “serve” o

psicólogo? Ele trabalha para quem? Para a “Instituição”? Para os “Sujeitos”? (COIMBRA, AYRES, NASCIMENTO, 2009)

Com o nível de problematização apresentado até aqui, é possível afirmar que o psicólogo permanecerá na tensão entre aquele que “demanda” e aquele que é “demandado”. Este posicionamento nada teria de (pseudo)neutralidade ou de “em cima do muro”, pois se constitui como uma recusa ao compromisso subordinado com a “Instituição”, mas também ao compromisso oposicionista ou onipotente com os “sujeitos” (psicologizante), pois é assumida a permanência na tensão. Sobre esta tensão já nos disse Guirado (2005: 10), na ocasião em que discutiu o estudo institucional de casos de psicodiagnósticos em geral: “equilibrar-se em fios de alta tensão, considerando essa tensão como parte da produção possível, como ocasião dela, inclusive”. Se pensarmos, então, na especificidade judicial no contexto institucional que caracterizaria a análise em questão, a “alta tensão” seria ainda mais acentuada.

Além de tais reflexões ético-metodológicas, consideramos que os princípios norteadores da pesquisa-intervenção e da análise da implicação do movimento institucionalista (LOURAU, 1993) contribuem para pensar no modo de conceber o saber, o fazer e a ética do psicólogo no contexto judiciário.

Quando se reconhece o lugar institucional de tensão do psicólogo no âmbito do judiciário, pode-se afirmar uma análise da implicação, mesmo que de modo genérico, contrapondo-se à perspectiva de neutralidade formal do discurso judiciário-científico, assumindo a produção de um conhecimento sistematizado, porém situado nas circunstâncias em que é produzido e, portanto, histórico.

Se a produção de conhecimento, segundo os princípios da pesquisa-intervenção, pressupõe a análise da implicação que requer uma problematização da relação entre sujeito e objeto do conhecimento, tomamos tais princípios como legítimos para pensarmos a produção de um conhecimento técnico (documento psicológico) resultante do que é reconhecido institucionalmente como avaliação psicológica.

Ou seja, com o exposto até o momento, foi demonstrado um primeiro nível de implicação²⁴ ético-política com o saber e o fazer profissional: a relação com o objeto de pesquisa (avaliação) e de intervenção (dos procedimentos com as pessoas e dos efeitos factuais dos documentos); com a organização (Poder Judiciário, Ministério e Defensoria Pública, “partes”) e a equipe (Peritos Judiciais ou não, Pareceristas, Assistentes Técnicos); e com a análise da demanda e de seu encargo (determinação factual,

determinação do resultado etc.). Resta, ainda, um segundo nível de análise da implicação²⁵ que consiste na problematização epistemológica sobre a atuação técnica (relação sujeito/objeto e método) e, em acréscimo, as “implicações na escritura ou qualquer outro meio que sirva a exposição da pesquisa” (PAULON, 2005: 23) (documento psicológico judicial ou não)²⁶.

Mesmo que de modo ensaístico, tais articulações conceituais entre o campo da pesquisa e o campo de atuação técnico-profissional contribuem para a discussão ético-metodológica sobre as práticas psicológicas no contexto judiciário.

Diante disso, desassossegadas com o mal-estar que paira sobre as práticas psicológicas no campo judiciário, presente nas entrelinhas já desenvolvidas, as autoras perguntavam-se sobre os limites, mas também as possibilidades de tais práticas neste âmbito de atuação. Limites e possibilidades de histórias “psi” no campo judiciário que temos a ousadia de pensar pelo que se caracteriza como impasses e confrontos, mas também por reflexões ético-metodológicas sobre posicionamentos possíveis, construídas no e com o documento psicológico nas cenas judiciais, fundamentados em mais uma estratégia de pensamento foucaultiano: “Ela consiste em usar as formas de resistência contra as diferentes formas de poder como um ponto de partida (...) Mais do que utilizar o poder do ponto de vista de sua racionalidade interna, ela consiste em analisar o poder através dos antagonismos das estratégias” (FOUCAULT, 1995: 234).

As cenas pensadas dentro de seus limites e possibilidades pretendem trazer para a discussão a dimensão ético-metodológica que dá especial destaque à análise do lugar que o psicólogo ocupa na cena judicial, na avaliação psicológica com as pessoas envolvidas e na elaboração do documento, cujo interlocutor final é o demandante do trabalho judicial. Dito de outra maneira, ao se propor um olhar sobre uma situação que demanda intervenção judicial na qual há a necessidade de um documento psicológico, o psicólogo e seu olhar já fazem parte da cena. O olho transforma a cena e aquele que olha é parte integrante das relações de troca ali operadas (FOUCAULT, 2002). Não há, nesta perspectiva, como isolar sujeito e objeto, não há como não pensar que a própria presença do psicólogo possa não ser uma intervenção. Opera-se, portanto, no âmbito do acontecimento²⁷ (FOUCAULT, 2002; ANCONA-LOPEZ, 1995).

Considerações finais

Se o laudo psicológico amedronta pelo caráter infrapenal que o caracteriza de modo geral, amedronta mais ainda quando é apresentado no judiciário, tendo em vista sua marca jurisdicional na vida das pessoas envolvidas.

Mas, entre o medo e o enfrentamento, tal como exposto neste artigo, não é possível negar a expansão e a dispersão das práticas psicológicas no judiciário (Peritos Judiciais e/ou Serviços Auxiliares da Justiça) e em outras instâncias do Sistema de Justiça (Ministério e Defensoria Pública); e, também, a expansão e a dispersão judiciária nas práticas psicológicas, quando um profissional autônomo, em seu consultório particular, passa a ser contratado pelas “partes” de uma ação judicial como técnico que vai fundamentar alguma manifestação judicial, como “psicólogo clínico”, parecerista ou assistente técnico – e, com isto, ainda cria um tipo de atividade que se relaciona com a perícia, mas dela se diferencia, quando o que entra em jogo é a análise da própria produção do discurso técnico-psicológico no judiciário.

Neste sentido, é preciso estar atento ao fato de que o mesmo Foucault que nos ensinou a relação dos saberes e dos poderes nos ensinou também que existem os contrapoderes. Pergunta-se, então, pelas estratégias de desnormalização do Direito, e também, através das práticas psicológicas, quando os limites passam a ser tomados como condição de liberdade, quando contrapostos à onipotência tecnicista.

Faz-se possível, igualmente, partir do movimento institucionalista, que nos ensinou a problematização ético-política das práticas psicológicas, e pensar nos limites da imparcialidade da demanda judicial dirigida ao psicólogo, assim como nos limites da parcialidade da demanda produzida pelas “partes”, tanto do lugar de parecerista como de assistente técnico. Por exemplo, enquanto, no lugar de psicólogo judicial, é possível recusar o encargo de determinações técnico-judiciais e, conseqüentemente, sentenciárias, no lugar de parecerista pode ser recusada a omissão frente aos efeitos “psi” no campo sócio-jurídico, bem como pode ser recusado o encargo de colocar estes mesmos “psis” no “banco dos réus”; no lugar de assistente técnico pode ser recusado o encargo da demanda de pré-determinação do resultado da avaliação.

Pode-se ainda partir dos princípios da pesquisa-intervenção que possibilitaram tomar o documento como modo de expor os diferentes níveis de implicação, no “fio da tensão”, tal como vão sendo produzidos: (1) do lugar institucional ocupado pelo sujeito responsável pelo procedimento avaliativo (o psicólogo, profissional especialista) e da

tensão que marca a relação com os demandantes mais ou menos imediatos (Poder Judiciário, Ministério e Defensoria Pública, as “partes”) e com a clientela (pessoas e peritos envolvidos em um “caso judicial”); (2) a concepção de objeto do procedimento avaliativo a partir da perspectiva de uma subjetividade-efeito das relações: (3) e do pressuposto da dimensão interventiva de um procedimento avaliativo e de sua comunicação escrita em um documento técnico (laudos, relatórios, pareceres). Dessa forma, pretende-se tomar o documento técnico-psicológico não só como estratégia de expor o modo como as cenas técnico-judiciárias eram produzidas, mas também como era produzida a heterogeneidade discursiva de uma ação judicial e a análise do lugar que os discursos técnico-psicológicos ocupam neste contexto, inclusive daquele que assina o documento técnico-psicológico.

As questões que perpassam a presença do psicólogo no campo jurídico o fazem permanecer em campos de tensão, já que evocam a dimensão ético-metodológica do próprio fazer psicológico. Esta dimensão incorpora o psicólogo ao próprio documento, quando norteado por uma abordagem que não dicotomiza sujeito/objeto. Esta não-dicotomia questiona a autoria do laudo e põe em evidência o próprio gênero discursivo do documento psicológico na rede judiciária e de possíveis “cenografias” construídas no e com o documento psicológico.

Se muito ainda há por discutir e fazer quanto à tentativa de que tais reflexões ético-metodológicas criem ferramentas para a produção de discursos documentais no campo jurídico, mais contextuais e despsicologizantes (contradisciplinares), as problematizações aqui apresentadas constituem algumas das estratégias possíveis de aproximações entre a articulação política e técnica da atuação judiciária do psicólogo, perspectivas que tradicionalmente são concebidas e analisadas de modo distinto e separado.

Entre medos e enfrentamentos dos documentos psicológicos, e a dispersão judiciária da atuação psicológica, então, ousamos perguntar de modo propositivo: é possível um posicionamento ético-político e técnico quando o que está em jogo é a avaliação psicológica no judiciário, em qualquer nível de sua dispersão judicial? Seria possível pensar os laudos e os documentos psicológicos, em geral, como instrumento de controle social, mas, também, como ferramenta ou estratégia por meio da qual: (1) a

política pode se fazer presente pela exposição da relação entre os atores institucionais, posto como interlocutores (e, por isso, coprodutores) no documento técnico-judicial elaborado?; (2) a historicidade do saber psicológico pode se fazer presente pela exposição da circunstancialidade das afirmações no documento técnico?; (3) e, ainda, a ética das práticas psicológicas pode se fazer presente pela exposição das relações de tensão de um especialista que, por um lado, é o signatário de um documento técnico judicial, mais ou menos jurisdicional, mas, por outro, é aquele que pode colocar em questão, junto aos demandantes (Poder Judiciário, Ministério e Defensoria Pública, as “partes”) e os demandados – e discutir e expor esta análise no documento – o próprio disparador judicial de uma demanda por uma avaliação psicológica no judiciário (pessoas envolvidas e/ou peritos judiciais ou não)?

Mesmo sem resposta, optamos por terminar com uma frase que trata dos enfrentamentos possíveis diante de diferentes regimes (históricos) de sujeição, mencionada reiteradamente quando a questão é a busca de alternativas possíveis: “Não cabe temer ou esperar, mas buscar novas armas” (DELEUZE, 1992: 219-220).

Referências

- AGUIAR, A. Psicologia jurídica e políticas públicas no campo da reinserção social dos reclusos. In: CRUZ, R.; MACIEL, S.; RAMIREZ, D. (orgs.). *O trabalho do psicólogo no campo jurídico*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.
- ANCONA-LOPEZ, M. *Psicodiagnóstico: processo de intervenção*. São Paulo: Cortez, 1995.
- ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Mediante quais práticas a Psicologia e o Direito pretendem discutir a relação? Anotações sobre o mal-estar. In: COIMBRA, C.; AYRES, L.; NASCIMENTO, Maria Livia. *Pivetes: encontros entre a psicologia e o judiciário*. Curitiba: Juruá, 2009.
- ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Pensando a Psicologia aplicada à Justiça. In: GONÇALVES, Hebe e BRANDÃO, Eduardo. *Psicologia Jurídica no Brasil*. Rio: NAU, 2005.
- BAREMBLITT, Gregório. *Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.
- BRASIL, Código do Processo Civil, Lei Federal N.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973.
- _____. Código Civil, Lei Federal 19406 de 10/01/2001.
- _____. Lei Maria Da Penha, Lei Federal 11340 de 7 de agosto de 2006.
- _____. Código de Menores. Decreto 17943 A, de 12/10/1927.
- _____. _____. Lei Federal 6697/79. Brasília, 1979.

- _____. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal 8069/90 de 13/07/1990.
- BRITO, Leila Maria Torraca. Reflexões em torno da Psicologia Jurídica. In: CRUZ, R.; MACIEL, S.; RAMIREZ, D. (orgs.). *O trabalho do psicólogo no campo jurídico*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.
- BRITO, Leila Maria Torraca. *Separando*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.
- BRITO, Leila Maria Torraca (org.). *Temas de psicologia jurídica*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.
- CAFFÉ, Mara. *Psicanálise e Direito*. São Paulo: Quartier Latin, 2003.
- CASTEL, Robert. *A gestão dos riscos*. São Paulo: Francisco Alves, 1987.
- COIMBRA, Cecília Maria Bouças e LEITÃO, Maria Beatriz Sá. Das essências às multiplicidades: especialismo “psi” e produções de subjetividade. *Psicologia e Sociedade (on-line)*, 2003, n15, pp. 6-17.
- COIMBRA, Cecília; AYRES, Ligia; NASCIMENTO, Maria Livia. *Pivetes: encontros entre a psicologia e o judiciário*. Curitiba: Juruá, 2009.
- COIMBRA, Cecília. *Guardiães da ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do “Milagre”*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.
- COIMBRA, José César. Algumas considerações sobre o parecer psicológico na justiça da infância e da juventude. *Psicologia Ciência e Profissão*, v.24, n.2, Brasília, jun. 2004.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução 07/2003. *Manual de elaboração de documentos escritos decorrentes de avaliação psicológica*. Brasília, 2003
- _____, Resolução 14/00. Disponível em: http://pol.org.br/legislacao/pdf/resolucao2000_14.pdf. Disponível em 28 de janeiro de 2011.
- _____, Resolução 13/2007. Disponível em: http://pol.org.br/legislacao/pdf/resolucao2007_13.pdf. Disponível em 28 de janeiro de 2011.
- _____, Resolução 30/2001. Disponível em: http://pol.org.br/legislacao/pdf/resolucao2001_30.pdf. Disponível em 28 de janeiro de 2011.
- _____, Resolução 17/2002.. Disponível em: http://pol.org.br/legislacao/pdf/resolucao2002_17.pdf. Disponível em 28 de janeiro de 2011.
- _____, Resolução 07/2003.. Disponível em: http://pol.org.br/legislacao/pdf/resolucao2003_07.pdf. Disponível em 28 de janeiro de 2011.
- _____, Resolução 07/2003.. Disponível em: http://pol.org.br/legislacao/pdf/resolucao2010_10.pdf. Disponível em 28 de janeiro de 2011.

- _____, Resolução 07/2003.. Disponível em: http://pol.org.br/legislacao/pdf/resolucao2010_08.pdf. Disponível em 28 de janeiro de 2011.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro, Graal, 1999.
- CRUZ, R.; MACIEL, S.; RAMIREZ, D. (orgs.). *O trabalho do psicólogo no campo jurídico*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.
- DELEUZE, Gilles. Post-scriptum sobre a sociedade de controle. In: _____. *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992. pp.219-26.
- DINIZ, Maria Helena. *Dicionário Jurídico*. São Paulo, Saraiva, 1998.
- DONZELOT, Jacques. *Polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- EVANGELISTA, Roberto; PEREIRA, Sheila de Sena; TAVARES, Ana Paula V.; MENICHETTI, Dagmar. *Relato da construção de trabalho psicológico no Ministério Público do estado de São Paulo*. III CONGRESSO IBEROAMERICANO DE PSICOLOGIA JURÍDICA. Anais/trabalhos completos. São Paulo, 2000.
- FERREIRA, A. B. H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FIGUEIREDO, Luiz Cláudio. *Matrizes do pensamento psicológico*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- FONSECA, Márcio Alves da. *Michel Foucault e o direito*. São Paulo: Max Limonad, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *O sujeito e o poder*. In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense, 1995. pp. 231-49.
- FOUCAULT, Michel. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FRANCO, A. A. P. & MELLO, M. J. R. (orgs.) *Diálogos interdisciplinares: a psicologia e o serviço social nas práticas judiciais*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.
- GOMES, Pedro W. B. A quem pertence o laudo psicológico e para que serve ele nas Varas de Família. In: COIMBRA, C. AYRES, L., NASCIMENTO, L. *Pivetes: encontros entre a psicologia e o judiciário*. Curitiba: Juruá, 2009.
- GUATTARI, F. A trama da rede. In: _____. *Revolução molecular*. São Paulo: Brasiliense, 1987. pp.124-37.
- GUIRADO, Marlene. O caso do psicodiagnóstico: um estudo institucional. *Psicol. USP*, v.16, n.4, São Paulo, dez.2005.
- GUIRADO, Marlene. *Psicanálise e Análise do Discurso: matrizes institucionais do sujeito psíquico*. São Paulo: Summus, 2006.

- JACÓ-VILELA A. M. Primórdios da Psicologia Jurídica. In: BRITO, Leila Maria Torraca (org.). *Temas de psicologia jurídica*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.
- JACÓ-VILELA, Ana Maria; ESPÍRITO SANTO, Adriana; PEREIRA, Vivian. Medicina legal nas teses da faculdade de medicina do Rio de Janeiro (1830-1930). O encontro entre a medicina e o direito: uma das condições de emergência da psicologia jurídica. *Interações* (on-line) 2005, vol.10, n.19, pp. 9-34.
- LAGO, V. M.; AMATO, P.; TEIXEIRA, P. A.; ROVINSKI, S. L. R.; BANDEIRA, D. R. Um breve histórico da psicologia jurídica no Brasil e seus campos de atuação. *Estudos de Psicologia I Campinas* 26(4), pp. 483-491, out-dez/2009.
- LOURAU, René. *Análise institucional e práticas de pesquisa*. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.
- MIRANDA JR., Hélio Cardoso. Psicanálise e avaliação psicológica no âmbito jurídico. In: SHYNE, S. *Avaliação psicológica e lei*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.
- PAIVA, L. D. O psicólogo judiciário e as “avaliações” nos casos de adoção. In: SHYNE, S. *Avaliação psicológica e lei*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.
- PAULON, Simone M. A análise da implicação como ferramenta da pesquisa-intervenção. *Psicologia e Sociedade*, 17 (3), 18-25, 2005.
- RODRIGUES, H. C.; SOUZA, V. A análise institucional e a profissionalização do psicólogo. In: KAMKHAGI, Vida Raquel; SAIDON, Oswaldo. *Análise institucional no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1991.
- RODRIGUES, Maria Claudia; COUTO, Eunice Maria; HUNGRIA, Maria Cristina Leme. A influência dos laudos psicológicos nas decisões judiciais das Varas de Família e Sucessões do Fórum Central da capital de São Paulo. In: SHYNE, S. *Avaliação psicológica em contexto forense*. In: SHYNE, S. *Avaliação psicológica e lei*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.
- ROUDINESCO, Elizabeth. *O paciente, o terapeuta e o Estado*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. 149p.
- SANTOS, Érika Piedade. (Des)construindo a “menoridade”: uma análise crítica sobre o papel da Psicologia na produção da categoria de “menor”. In: GONÇALVEZ, Hebe S., BRANDÃO, Eduardo P. *Psicologia jurídica no Brasil*. Rio de Janeiro: Nau, 2004.
- SATLER, C. N. *Psicologia e escrita disciplinar: laudos como estratégia de controle das populações*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, 2008.
- TRAVIESO, Pilar Isabel. *O Sujeito no Discurso Jurídico das Varas de Infância e Juventude*. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia, 2001.
- SHYNE, Sidney. *Avaliação psicológica e lei*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.
- SHYNE, Sidney. *Avaliação psicológica em contexto forense*. In: SHYNE, S. *Avaliação psicológica e lei*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

- SILVA, Patrícia. R. M. A meninice e a institucionalização da situação de rua: práticas institucionais, discurso e subjetividade. In: SHYNE, S. *Avaliação psicológica e lei*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.
- SOUZA, L. A. F. Tendências atuais nas áreas da segurança pública e de polícia: revisitar Foucault ou uma nova sociedade de controle? *Cadernos da Faculdade de Filosofia e Ciências*, Marília, SP, v.9, n.1, pp. 59-80, 2000.
- VERANI, Sérgio Souza. Alianças para a Liberdade. In: BRITO, Leila Torraca (org.). *Psicologia e Instituições de Direito: a prática em questão*. Rio de Janeiro: CRP-RJ/Comunicarte, 1994.
- ZAFFARONI, Eugenio R. *Em busca das penas perdidas*. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

Neilza Alves Barreto

Universidade Estácio de Sá – Campus Niterói

E-mail: neilza.barreto@hotmail.com

Patrícia Regina da Matta Silva

Universidade Federal Fluminense – Polo Universitário Rio das Ostras.

¹ Tal como noticiou o Jornal do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, em 1993: “No Judiciário, o perigo de virar máquina de fazer laudos”.

² Tal como debatido no Fórum de Ética promovido pelo Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro, em 2008: “Os lugares do psicólogo e da Psicologia: laudos, uma ferramenta de intervenção?”.

³ Na definição de dicionário (FERREIRA, 1986), jurisdicional é o “poder atribuído a uma autoridade para fazer cumprir determinada categoria de leis e punir quem as infrinja em determinada área”.

⁴ Diante da diversidade de autores e tendências no movimento institucionalista, pode-se afirmar que uma característica em comum é uma problematização ética e política da atuação técnico-profissional.

⁵ Sobre esta questão, remetemos o leitor à discussão proposta por Zaffaroni (2001) sobre a relação das perspectivas críticas que deslegitimam o Direito Penal (como o abolicionismo penal e direito penal mínimo) e a sua menor ou maior tolerância quanto às possibilidades e proposições de intervenção no contexto do Direito Penal.

⁶ E como COSTA (1999) discutiu no contexto brasileiro. Este autor apontou a apropriação que o discurso da medicina social (higienista) fez da infância e das famílias brasileiras ditas nefastas: a imagem da família nefasta aos filhos começou a difundir-se no século XIX através da higiene. Nas críticas antes citadas, os pais eram incriminados pela recalcitrância com que reagiam aos conselhos médicos. No entanto, não se chega a propor que as crianças fossem isoladas do ambiente familiar para evitar suas inconseqüências (COSTA, 1999: 171).

⁷ Para reflexões complementares, remetemos o leitor à discussão realizada por Coimbra (1995) sobre o surgimento e a consolidação das práticas psi no contexto brasileiro; e por Guirado (2006) sobre o movimento de migração de psicólogos para o campo que até então fora chamado de “institucional”, contraposto ao campo da psicologia clínica consultorial.

⁸ A partir de 1980, ocorre uma difusão de concursos públicos para Psicólogos nos Tribunais de Justiça: São Paulo em 1985; Minas Gerais em 1992; Rio Grande do Sul em 1993; Rio de Janeiro em 1998 (LAGO *et al.*, 2009); Santa Catarina em 2007 (Tribunal de Justiça, Edital 144/07).

⁹ Como, por exemplo, a partir da década de 1940 no estado de São Paulo (FRANCO & MELLO, 2007).

¹⁰ Tal como regulamentada pelos artigos do Código de Processo Civil, quando são descritos os atores institucionais auxiliares da justiça, dentre eles o perito (art.139); suas atribuições (art.145-147); a definição de prova pericial como “exame, vistoria ou avaliação” (art.420), a escusa do perito e sua

substituição (art. 423-4), da relação do juiz com o laudo pericial, sua aceitação ou não diante de convicção formada “com outros elementos ou fatos provados nos autos” (art. 436-7), até mesmo a necessidade de realização de uma segunda perícia (art.438-9).

¹¹ O Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741/2003) não prevê uma equipe multi ou interdisciplinar como Serviço Auxiliar da Justiça, mas prevê a criação de Varas Especializadas (art.70), o que foi operacionalizado nos Tribunais de Justiça, por exemplo, no estado do Rio de Janeiro e de São Paulo, incluindo o segmento do idoso nas Varas Judiciais que tratam das questões geracionais na família, como as Varas da Infância e da Juventude.

¹² Em 1997, foi realizado concurso público para Psicólogo no Ministério Público no estado de São Paulo (EVANGELISTA, PEREIRA, TAVARES, MENICHETTI, 2000).

¹³ Em 2009, foi realizado concurso público para Psicólogo na Defensoria Pública de São Paulo (www.defensoria.sp.gov.br, acessado em 06/11/2010).

¹⁴ Na rede documentária prevista, constam: (1) declaração como “um documento que visa a informar a ocorrência de fatos ou situações objetivas relacionados ao atendimento psicológico”; (2) atestado como “um documento expedido pelo psicólogo que certifica uma determinada situação ou estado psicológico, tendo como finalidade afirmar sobre as condições psicológicas de quem, por requerimento, o solicita”; (3) relatório ou laudo psicológico como um documento que pressupõe “uma apresentação descritiva acerca de situações e/ou condições psicológicas e suas determinações históricas, sociais, políticas e culturais, pesquisadas no processo de avaliação psicológica”; (4) parecer como “um documento fundamentado e resumido sobre uma questão focal do campo psicológico cujo resultado pode ser indicativo ou conclusivo” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2003).

¹⁵ Dentre as últimas resoluções normativas sobre a atuação psi no campo jurídico, destaca-se também a Resolução 09/2010, que “regulamenta a atuação do psicólogo no sistema prisional”, e que é a mais polemizada e debatida em espaços coletivos de discussão.

¹⁶ Sobre a relação das práticas disciplinares e tais “desdobramentos”, remetemos o leitor à discussão de Deleuze (1992), Castel (1987) e Roudinesco (2005), bem como de sua problematização (SOUZA, 2000).

¹⁷ Tal como afirma Fonseca (2002: 258), “na medida em que a lei funciona mais e mais como norma (no sentido foucaultiano), a forma possível do direito torna-se mais e mais comprometida com os mecanismos de normalização. Em tal hibridação, lei e ordem social aparecem como dependentes uma da outra, misturam-se, o que reafirma a forma normalizada do Direito”.

¹⁸ Segundo Figueiredo (2007), no século XIX, três pólos de ideias perpassam a organização da vida em sociedade: o liberalismo, o romantismo e a disciplina. Ao liberalismo pertence o reinado do “eu”, no qual se delimitam o espaço privado e o espaço público, assim como conceitos de decoro e princípios da racionalidade e da funcionalidade. Ao romantismo pertencem valores tais como a valorização das origens pré-pessoais e ao conceito de um “dentro” anterior à convivência civilizatória. Este “dentro” evoca a unidade identitária e suas crises (adoecimento, loucura, morte). À disciplina, enfim, cabem as novas tecnologias de poder: “as que se exercem sobre identidades reconhecíveis e manipuláveis segundo o princípio da razão calculadora, funcional e administrativa, como as que se abatem sobre identidades debilmente estruturadas” (FIGUEIREDO, 2007: 147). No bojo da discussão acerca das tecnologias (dispositivos da sociedade disciplinar), cabe um destaque ao fato de que o regime disciplinar desencadeia elementos liberais e românticos que pretendem garantir a defesa dos interesses e felicidade dos agentes sociais. Dito de outra maneira, cabe ao poder público a intervenção necessária para a devida promoção da felicidade coletiva: “embora as perdas e ganhos em felicidade de cada indivíduo sejam as unidades básicas de cálculo – o que traduz uma posição predominantemente individualista – o que importa ao final é reunir as felicidades de cada um no grande balanço coletivo da soma total de felicidade” (FIGUEIREDO, 2007: 131).

¹⁹ Sobre a terminologia “partes” ver dicionário jurídico: DINIZ, Maria Helena. Dicionário Jurídico. São Paulo, Saraiva, 1998.

²⁰ O exame, para FOUCAULT (1987), é um dos instrumentos do poder disciplinar que iria garantir a governamentalidade, por meio do controle e da manifestação de interesse de cuidado com a população na

modernidade: “uma técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício” (p.153), operacionalizado por “instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame” (p.153). O instrumental do exame vai combinar “técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza” (p.164), permitindo “ao mesmo tempo medir e sancionar” (p.166) por meio de “um mecanismo que liga um certo tipo de formação de saber a uma certa forma de exercício do poder” (p.166): (1) invertendo a economia da visibilidade no exercício do poder (p.166); (2) fazendo a individualidade entrar num campo documentário (p.168); e, (3) tornando cada indivíduo um “caso” (p.170).

²¹ A título de referência, VERANI (1994) e CAFFÉ (2003) fazem problematizações ético-políticas e epistemológicas sobre as relações entre as práticas “psi” e as práticas judiciárias.

²² Segundo Baremlitt (1994), a demanda pode ser considerada o pedido formal (avaliação psicológica judicial, por exemplo), e o encargo é aquilo que não coincide com a demanda, mas a complementa e tende a extinguir o conflito (“diga-me a verdade dos fatos, passados e/ou futuros!”).

²³ O termo “resistência” é tratado aqui tal como Foucault (1995) o discute, ou seja, como aspecto presente em toda relação de poder, como um contrapoder.

²⁴ As implicações primárias no processo de pesquisa consistiriam na análise da relação do pesquisador com seu objeto de pesquisa/intervenção; com o local/organização que realiza a pesquisa; com a encomenda e a demanda social (PAULON, 2005: 23).

²⁵ As implicações secundárias no processo de pesquisa consistiriam na análise da relação com os modelos sociais e históricos utilizados, que colocam em questão as implicações epistemológicas, e com os meios de exposição da pesquisa (PAULON, 2005: 23).

²⁶ É necessário destacar que já fora trabalhada por alguns estudiosos a dimensão interventiva junto às pessoas envolvidas em uma avaliação psicológica realizada no judiciário (PAIVA, 2005; MIRANDA JR, 2005) e remeter a outros que também analisam a dimensão interventiva dos documentos psicológicos (GOMES, 2009; COIMBRA, 2004).

²⁷ “Abre-se aí a possibilidade de pensar a intervenção como um caminhar mútuo por processos mutantes que, justo por não poder ser resumida ao encontro de unidades distintas (sujeitos da investigação x objetos a serem investigados), não pode ser pensada como uma mudança antecipável. Ao operar no plano dos acontecimentos, a intervenção deve guardar sempre a possibilidade do ineditismo da experiência humana, e o pesquisador a disposição para acompanhá-la e surpreender-se com ela” (PAULON, 2005: 21).